

DIREITO DE IGUALDADE

**ANTIDISCRIMINAÇÃO, MINORIAS SOCIAIS,
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS**

2023 • 2ª Edição

Dimitri Dimoulis

DIREITO DE IGUALDADE – 2ª EDIÇÃO
ANTIDISCRIMINAÇÃO, MINORIAS SOCIAIS,
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

© Almedina, 2023

AUTOR: Dimitri Dimoulis

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Larissa Nogueira e Letícia Gabriella Batista

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO: Laura Roberti

REVISÃO: Monalisa Marcondes Neves e Paula Brito Araújo

EDIÇÃO: Lyvia Felix

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9786556279176

Agosto, 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dimoulis, Dimitri

Direito de igualdade : antidiscriminação, minorias sociais, remédios constitucionais /
Dimitri Dimoulis. -- 2. ed. São Paulo, SP : Almedina, 2023.

ISBN 978-65-5627-917-6

1. Direito 2. Desigualdades Brasil 3. Direito
constitucional 4. Discriminação Aspectos jurídicos
5. Igualdade perante a lei 6. Minorias - Direitos
I. Título.

23-160574

CDU-342.724

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito de igualdade : Direito constitucional
342.724

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
www.almedina.com.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1. Finalidade: expor o direito constitucional dos oprimidos e explorados	17
2. Conteúdo do estudo: estudo retrospectivo, comparado e de direito constitucional vigente	20
3. Perspectiva metodológica geral: objetividade “positivista”	23
4. Perspectiva metodológica específica: superando o “grau zero” da dogmática jurídica	23
5. Questões formais	25
Referências	26
2. DETERMINAÇÃO DOS CONCEITOS JURÍDICOS QUE PERMITEM ESTUDAR AS MINORIAS SOCIAIS	27
1. Considerações jurídico-políticas sobre minorias	27
2. Definição de minoria (social) na perspectiva da Constituição Federal brasileira de 1988	39
3. Dimensões da igualdade	45
4. Discriminação	83
5. Direito antidiscriminatório	170
6. Igualdade e discriminação na prática. Um teste de teorias e conceitos na jurisprudência da Suprema Corte dos EUA	
Casos <i>Hoyt, Peters, Taylor</i>	191
Referências	195

DIREITO DE IGUALDADE

3. DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS DAS MINORIAS	207
Referências	215
4. TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DAS DESIGUALDADES SOCIAIS ESTRUTURAIS: O ART. 3º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A “TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA” (BERCOVICI)	217
1. Erradicação da pobreza	218
2. Erradicação da marginalização	232
3. Redução das desigualdades sociais	238
4. Redução das desigualdades regionais	242
5. Consequências jurídicas em caso de omissões estatais na política de enfrentamento da pobreza, da marginalização, das desigualdades sociais e das desigualdades regionais	247
Referências	256
5. A NÃO DISCRIMINAÇÃO COMO OBJETIVO FUNDAMENTAL DO ESTADO	261
1. Vedação geral de discriminações	261
2. Vedação específica da discriminação salarial	269
3. Vedação específica de discriminação dos brasileiros	272
4. Remédios	275
Referências	279
6. DIREITOS FUNDAMENTAIS À IGUALDADE	281
1. Direito à igualdade perante a lei	281
2. Direito (geral) à igualdade	289
3. Direitos especiais de igualdade	341
Referências	367
7. FORMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE QUE UTILIZAM COMO PARÂMETRO O DIREITO À IGUALDADE	373
1. Formas de declaração de inconstitucionalidade em razão de desigualdade	375
2. Senso comum e gradação do controle. Critérios da <i>Supreme Court</i> estadunidense	380

3. Critérios da legislação britânica	383
4. Um exemplo de proposta de controle de constitucionalidade subjetivista	385
5. Proposta de operacionalização do controle de violações da igualdade no ordenamento brasileiro	387
6. Consequências jurídicas de declaração de inconstitucionalidade por violação da igualdade (efeitos do controle de constitucionalidade)	402
Referências	408
8. O SIGNIFICADO DA TUTELA CONSTITUCIONAL DAS MINORIAS SOCIAIS	411
1. A multidão das minorias sociais e o “desafio MacKinnon”	411
2. Os direitos de igualdade na perspectiva da igual liberdade	420
Referências	428
9. ANEXOS	431